

ELEIÇÕES / Em entrevista ao *CB.Poder*, os cinco concorrentes à presidência da instituição expuseram projetos e opiniões sobre temas voltados para a classe. O pleito será on-line e está previsto para domingo

Candidatos debatem o futuro da OAB-DF

» CIBELE MOREIRA » JÚLIA ELEUTÉRIO » SAMARA SCHWINGEL

As eleições para a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil seccional do Distrito Federal (OAB-DF) estão marcadas para este domingo. Com a proximidade do pleito, o *CB.Poder* — programa do *Correio Braziliense* em parceria com a TV Brasília — realizou, ontem, uma edição especial com os cinco candidatos

ao cargo. A ordem das entrevistas foi sorteada e, com mediação da jornalista e colunista Ana Maria Campos, os advogados defenderam as teses e propostas das respectivas chapas para o futuro da instituição. Cada candidato teve 15 minutos para discursar e responder às perguntas. Entre os temas estavam alinhamento com o Governo

do Distrito Federal (GDF), propostas de gestão financeira, ações realizadas durante a pandemia de covid-19, atuação dos advogados nos tribunais e ideias para o triênio de 2022-2024. As eleições para a presidência da OAB-DF ocorrerão por meio da plataforma on-line da instituição.

União entre instituições

O primeiro na ordem sorteada a ser entrevistado foi o atual presidente da OAB-DF, Délio Lins e Silva Junior, da chapa 20. Advogado criminalista, ele não iria se candidatar à reeleição, mas, devido à pandemia, optou por tentar seguir no cargo. “Eu não tinha a menor pretensão de ser candidato à reeleição. A pandemia tirou dois anos do nosso mandato. Em alguns projetos, a pandemia atrapalhou. Então, nós nos reunimos com os possíveis pré-candidatos. Entre eles, decidiram que o melhor nome para dar continuidade seria o meu”, explicou.

Em retrospectiva, Délio afirmou que a atual gestão da OAB-DF aproximou as subseções. “Hoje, a advocacia está muito mais nas subseções do que no Plano Piloto. E nós tivemos esse olhar para elas. Vamos deixar todas com sedes próprias e temos um relacionamento muito próximo com os presidentes das subseções. Nós demos voz a essas pessoas que não tinham essa atenção. Foi uma gestão democrática”, considerou.

Sobre a questão do retorno presencial aos tribunais, explicou que a volta é gradual e que ainda há trabalhos sobre a presença dos advogados nas cortes. “Fizemos uma enquete. Nunca iríamos agradar a todos. Então nossa luta é para que o retorno viesse, aos poucos, e de forma híbrida. O advogado que se sentir confortável para fazer uma audiência de forma física, ele vai. O que não se sentir, faz de forma on-line. Essa é nossa luta”, destacou. Ele destacou a resolução 314 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Ela falava exatamente isso: o advogado que não puder praticar aquele ato (audiência presencial) ele vai comunicar ao juiz. Não é pedir. Há diferença”, explicou.

Alinhamento

Apesar de fazer parte dos que, nos debates internos da OAB-DF, são contrários aos grupos aliados ao governador Ibaneis Rocha (MDB), quando este presidiu a Ordem, Délio garantiu que isso não interferiu na relação com o GDF. “Nós sempre atuamos de forma muito responsável. Na eleição passada, o governador participou e fez campanha para um candidato que era nosso opositor. Mas, depois de eleitos, isso é página virada. Não vivo de passados”, afirmou. Para ele, o atual período pede uma união das instituições. “Cobramos muito e continuamos a cobrar, mas sempre com possíveis soluções”, destacou.

O atual presidente da OAB-DF frisou que a atuação da Ordem foi independente do governo e deve continuar assim, caso seja eleito. “Temos que andar juntos. A gente tem que ter responsabilidade suficiente para ser independentes, ser parceiros nos projetos e apontar o dedo quando as coisas estiverem erradas. Independentemente de questões político-partidárias”, explicou.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



DÉLIO LINS E SILVA JUNIOR, chapa 20

Délio Lins e Silva Junior é advogado criminalista e o atual presidente da OAB-DF. cursou direito no Centro Universitário de Brasília (Ceub), completando a graduação em 2000. É pós-graduado em direito penal econômico, mestre e doutorando em ciências jurídico-criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Délio foi professor universitário e presidente da Comissão de Apoio ao Advogado Iniciante e a de Honorários.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



THAÍS RIEDEL, chapa 61

Thaís Riedel é sócia-diretora da Advocacia Riedel, professora de direito previdenciário e trabalhista no Ceub, mestre em direito previdenciário e especialista em direito processual civil. Formada também em ciências políticas, Thaís é presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário e da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária. Já foi presidente de Seguridade Social da OAB-DF e vice-presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil — Conselho Federal.

Subseções abandonadas

A segunda entrevistada foi Thaís Riedel da chapa 61. Ela iniciou a participação comentando sobre a atual situação da advocacia na capital federal. “Tenho visto a advocacia muito abandonada, desprestigiada, sem efetiva participação da instituição. Então, nosso projeto é ter uma Ordem de portas abertas para que a advocacia possa realmente participar de forma descentralizada”, destacou. A candidata também comentou sobre as subseções dos advogados no DF e afirmou que há um abandono. “A Ordem não tem conseguido levar os serviços a essas pessoas”, ressaltou.

Para ela, a OAB tem o papel de ser advogada dos advogados. “Temos as prerrogativas que são direitos para que nós possamos exercer a profissão. E elas têm sido violadas. Não conseguimos falar com os juízes, os tribunais não abrem”, acrescentou. Para solucionar essa questão, Thaís esclareceu que é preciso ter um fortalecimento da Ordem. “Com diálogo institucional muito firme. E isso não tem acontecido”, completou.

A candidata citou inconformidades entre os advogados da capital, como a realização de audiências virtuais. “A pandemia acabou forçando o Judiciário on-line, que tem muitos pontos positivos, mas tem alguns negativos, por conta do acesso”, disse. Thaís defendeu que a forma de

atendimento nos tribunais precisa ser uma decisão dos advogados. “A advocacia não tem sido ouvida. Também queremos contribuir para o aprimoramento do Judiciário”, completou.

Diversidade

Thaís destacou a falta de mulheres no poder da OAB-DF. “Nos últimos 61 anos nós só tivemos uma presidente mulher. E, no Brasil, não temos nenhuma mulher eleita”, disse. A advogada afirmou que essa falta de representatividade foi um impulso para ela tentar a eleição. “Cansamos de ser vices. Vários advogados e advogadas estão me apoiando. Viremos com um olhar feminino. Para mim, só faz sentido se eu puder trazer outras mulheres”, disse.

Ela ainda destacou que não pretende concorrer novamente ao cargo. “Fiz uma escritura pública, registrada em cartório de que não irei à reeleição. Ficarei três anos me dedicando ao máximo e, depois, passar para outro homem ou outra mulher tocar a Ordem”, explicou. Sobre a representatividade de raça nas eleições, Thaís afirmou que é a favor da total inclusão. “Será a primeira vez que as chapas terão que colocar 50% mulheres e 30% negros, no mínimo. Sou totalmente favorável”, completou. Sobre a própria chapa, ela disse que seguiu os critérios de autodeclaração de cada integrante do grupo, sem questionar. “Jamais faria isso (fraudar). Queremos total inclusão”, destacou.

Memória

Eleições on-line

Pela primeira vez, em 61 anos de história, a eleição interna da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ocorrerá de forma virtual. Serão cinco chapas concorrendo para as eleições do conselho na seccional do Distrito Federal. A votação é obrigatória para todos os advogados da Ordem, passível de multa de 20% da anuidade integral em vigor, à exceção de alguns casos justificados por escrito que vão passar pela diretoria da OAB. Ao todo, a seccional do DF contempla 300 funcionários, além dos 46 mil advogados filiados. Sendo que 36.200 estão aptos para votar no próximo domingo.

A atuação da OAB-DF vem desde 25 de maio de 1960, em uma sala pequena no sétimo andar do Tribunal de Justiça (TJ), localizado, à época, na Esplanada dos Ministérios. A seccional ganhou fôlego e se consolidou em Brasília como centro administrativo, de desenvolvimento e de ideias.

Durante o golpe militar de 1964, coube à OAB/DF, ao lado do Conselho Federal, expressar o sentimento de indignidade da sociedade civil e exigir o restabelecimento da ordem jurídica e democrática. A entidade também se posicionou contra a censura e repressão aos movimentos estudantis.

Em 1983, com sede própria, a seccional tornou-se um dos centros de discussões sobre o cenário político do Distrito Federal, mesmo período que ganhava força o movimento das Diretas-Já. Entre os episódios emblemáticos que norteiam a seccional está o impeachment do então presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Em 2014, outro marco na história da OAB-DF, quando diversos advogados se uniram em solidariedade ao criminalista José Gerardo Grossi, cujas prerrogativas, no pleno exercício da defesa, foram desrespeitadas pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. A proposta feita pelo presidente da OAB/DF à época, Ibaneis Rocha, ganhou repercussão em todo o país e tornou-se um marco na luta em defesa das prerrogativas profissionais.

Leia mais na página 14